



MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de prestação de serviços continuados de manutenção predial, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2020, que entre si celebram a União, representada neste ato pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa XXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento a União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, CNPJ. n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, Hardy Waldschmidt, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I. n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande-MS, doravante denominado Contratante, e a empresa <RAZÃO SOCIAL>, inscrita no CNPJ n. <CNPJ>, estabelecida na <RUA, Nº, Bairro>, na cidade de <CIDADE/ESTADO>, CEP: <CEP>, telefone: (DDD) <NUMERO>, e-mail: <E-MAIL>, representada neste ato por <NOME DO REPRESENTANTE LEGAL>, <CARGO>, portador da Carteira de Identidade n. <NUMERO / ORGÃO EMISSOR>, CPF n. <NÚMERO>, doravante denominado Contratado, resolvem celebrar o presente termo de contrato, vinculado ao Processo Administrativo SEI 0008857-88.2019.6.12.8000 - Pregão Eletrônico nº XX/2020, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Resolução n. 23.234/2010-TSE, de 25.03.2010 e Resolução TRE/MS nº 665/2019, subsidiariamente pela Instrução Normativa MPDG nº 5/2017, pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e 10.520/2012, bem com com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção predial, para gerenciamento e prestação de serviços de engenharia de pequena monta, manutenção preventiva e corretiva, com disponibilização de postos de serviços qualificados, bem como de todo o ferramental, inclusive EPI e EPC, necessário à perfeita e segura execução dos serviços a serem feitos nas instalações dos prédios que abrigam a Justiça Eleitoral em todo Estado do Mato Grosso do Sul, inclusive na preparação dos locais de votação, de atendimentos itinerantes e biometria (tipo escolas).

1.2. Os serviços serão executados nas dependências dos imóveis da Justiça Eleitoral indicados abaixo.

PRÉDIO	ENDEREÇO
Sede do TRE	RUA DES. LEÃO NETO DO CARMO, 23 - PARQUE PODERES – CAMPO GRANDE-MS
Fórum Eleitoral Capital	RUA DELEGADO JOSE ALFREDO HARDMAN, 180 - JARDIM VERANEIO – CAMPO GRANDE - MS
ALMOXARIFADO E DEPÓSITO DE URNAS	RUA DELEGADO JOSE ALFREDO HARDMAN, - JARDIM VERANEIO – CAMPO GRANDE - MS
1ª ZE	RUA ANTÔNIO MARTINS DUTRA, 1.521 - CENTRO - AMAMBAI E PAE DE PARANHOS
2ª ZE	AV. IGUATEMI, 159 – CENTRO – NAVIRAÍ-MS
3ª ZE	RUA ANTÔNIO PAULINO, 445 – CENTRO – CASSILÂNDIA-MS
4ª ZE	RUA IPIRANGA, 841, JARDIM PRIMAVERA – FÁTIMA DO SUL -MS E PAE JATEÍ
5ª ZE	RUA WALTER HUBACHER, 1220 – CENTRO – NOVA ANDRADINA- MS
6ª ZE	RUA ODORILHO FERREIRA, 134 – CENTRO – BATAGUSSÚ-MS E PAE ANAURILÂNDIA
7ª - 50ª ZEs	RUA DUQUE DE CAXIAS, 45 – NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – CORUMBÁ-MS
8ª - 35ª - 36ª - 44ª - 53ª - 54ª ZEs	IDEM Fórum Eleitoral Capital - CIJUS CAE 5, RUA 7 DE SETEMBRO, CENTRO - FÁCIL GUAICURUS, CAE 4, RUA GURY MARQUES, 5111 - FÁCIL GENERAL OSÓRIO, CAE 3, RUA SANTO ANGELO, 51, BAIRRO CORONEL ANTONINO - FÁCIL AERO RANCHO, CAE 2. AV MARECHAL DEODORO, 2603 E PAE DE TERENOS
9ª - 51ª ZEs	RUA ALFREDO JUSTINO, 1.100 – CENTRO – TRÊS LAGOAS
10ª ZE	RUA NILZA F. RIBEIRO, 400 – CIDADE NOVA – AQUIDAUANA-MS
11ª ZE	RUA RIO BRILHANTE, 1.114 – VILA MARIA – RIO BRILHANTE-MS E PAE NOVA ALVORADA DO SUL
12ª ZE	RUA GENARAL MENDES DE MORAES, 86-JARDIM AEROPORTO – COXIM-MS

13ª ZE	RUA JOSÉ ROBALINHO DA SILVA, 235 – JARDIM SANTA MÔNICA – PARANAÍBA-MS
14ª ZE	RUA JOÃO DA MOTA, 461 – VILA DIAMANTINA – CAMAPUÃ-MS
15ª ZE	RUA 7 DE SETEMBRO, 861 – CENTRO – MIRANDA-MS E PAE BODOQUENA
16ª ZE	RUA APPA, 101 – CENTRO - MARACAJÚ-MS
17ª ZE	RUA SÃO GERALDO, 65 – CENTRO – BELA VISTA-MS
18ª - 43ª ZEs	RUA MONTESE, 435 - JARDIM LONDRINA – DOURADOS-MS E PAE LAGUNA CARAPÁ
19ª - 52ª ZEs	RUA BALTAZAR SALDANHA, 1.591 – JARDIM IPANEMA - PONTA PORÃ-MS - PAE ARAL MOREIRA - PAE CORONEL SAPUCAIA - PAE ANTONIO JOÃO
20ª ZE	RUA CORONEL PONCE, 439 – CENTRO – PORTO MURTINHO-MS
21ª ZE	AV. DOM PEDRO II, 240 - CENTRO – RIO VERDE DE MT-MS
22ª ZE	RUA TEN. ERNANI GUSMÃO, N. 261 - CENTRO – JARDIM-MS
23ª ZE	RUA HARRISON CORREIA, N. 20 – CENTRO – ÁGUA CLARA-MS
24ª ZE	RUA MATO GROSSO DO SUL, 3881– JARDIM BRANDINI II- APARECIDA DO TABOADO-MS
25ª ZE	RUA IRMÃ ARISTELA, 531, JARDIM DAS GREVÍLEAS - ELDORADO/MS - PAE IGUATEMI E PAE ITAQUIRAÍ
26ª ZE	AVENIDA MARCELO MIRANDA SOARES, 493 – CENTRO – SONORA-MS E PAE PEDRO GOMES
27ª ZE	RUA FRANCISCO PIERETTI, 211 – GUIRAY – IVINHEMA-MS E PAE ANGÉLICA
28ª ZE	AVENIDA DOM PEDRO II, 212 - CENTRO – CAARAPÓ-MS
30ª ZE	RUA OLÍVIO JACQUES, 849 – VILA DONÁRIA - BONITO-MS
31ª ZE	RUA MINAS GERAIS, 1346 – CENTRO – SIDROLÂNDIA-MS
32ª ZE	AV. NÉLSON LYRIO, 2354 – CENTRO – RIBAS DO RIO DO PARDO- MS
33ª ZE	RUA TUPINAMBÁ, 69 – CENTRO – MUNDO NOVO-MS - PAE SETE QUEDAS E PAE TACURU
34ª ZE	RUA ARTHUR BERNARDES, 4032 - CENTRO – BANDEIRANTES-MS
38ª ZE	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA, 373 – JARDIM SANTOS DUMONT – COSTA RICA-MS - PAE ALCINÓPOLIS
39ª ZE	AV. GENÁRIO DA COSTA MATOS, 730 – CENTRO – DEODÁPOLIS- MS - ÁE GLÓRIA DE DOURADOS
40ª ZE	RUA SÃO PAULO, 2305 – CENTRO – SÃO GABRIEL DO OESTE-MS - PAE RIO NEGRO
41ª ZE	RUA BARTOLOMEU VIANA CAVALCANTE, 183 - JARDIM CAMARGO – BRASILÂNDIA-MS - PAE SANTA RITA DO PARDO
45ª ZE	RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 167 – CENTRO – NIOAQUE-MS
48ª ZE	AV. MATO GROSSO DO SUL 395 – CENTRO – CHAPADÃO DO SUL
49ª ZE	RUA JUSCELINO KUBITSCHEK, 1495, CENTRO – ANASTÁCIO-MS - PAE DOIS IRMÃOS DO BURITI

1.3. Durante a vigência contratual poderá haver alteração do endereço do local de prestação de serviços, contemplando os prédios que venham a ser ocupados pela Justiça Eleitoral no Estado, bem como, postos de atendimento vinculados a alguns cartórios eleitorais no interior e capital, sem que isso implique em revisão de preços por parte da contratada, salvo se esta comprovar que a mudança resulta em alteração de seus custos.

1.4. Os serviços serão prestados em estrita obediência a este Contrato, vinculando-se ao mesmo independente de transcrição, os seguintes documentos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo III – Acordo de nível de serviços (ANS);
- Anexo IV – Rotina de Manutenção Predial;
- Anexo V – Planilha de Custos e Proposta Detalhada;
- Anexo VI – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União – vedação de participação de cooperativas de mão-de-obra;
- Anexo VII – Termo de Acordo com instituição bancária oficial para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada;
- Anexo VIII - Estudos Preliminares e
- Anexo VIII – Proposta escrita detalhada, no que não conflitar com as disposições deste Contrato e Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução dos objetos será indireta, sob o regime de empreitada por preço global, sendo pagos valores mensais correspondente à prestação regular dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A manutenção predial abrange as seguintes intervenções: criar, adaptar, manter, conservar, revisar, consertar, trocar, desobstruir, completar, demolir, construir, retirar, executar, instalar, desmontar, montar e limpar as instalações prediais da Justiça Eleitoral nos prédios por ela ocupado.

3.2. A manutenção predial preventiva deverá ser feita periódica e exaustivamente, fazendo parte da rotina dos Oficiais de Manutenção (vide item 02 do Capítulo III), cuja periodicidade consta na listagem de rotinas de manutenção, já no Interior do Estado a execução de tais serviços está sujeita a conveniência do contratante, ou seja, embora haja uma programação na rotina de manutenção a SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL poderá

alterá-la, de forma a garantir o perfeito funcionamento das instalações existentes, evitando, portanto, maiores danos, e consequentemente, maior gasto com a sua correção.

3.3. A listagem de rotinas da manutenção preventiva e corretiva, Anexo IV, contempla diversos serviços, porém, não limita a manutenção apenas a ela, outros que surgirem ou que nela não foram listados também farão parte da manutenção.

3.4. A manutenção predial corretiva deverá ser feita sempre que for preciso e com a maior brevidade possível, cabendo a este Tribunal o fornecimento das peças e outros materiais a serem empregados nos serviços.

3.4.1. Os serviços preventivos e corretivos não se afastarão das características aqui descritas, caracterizando-se, sempre, como de manutenção predial, vinculando-se à preservação das instalações da Justiça Eleitoral neste Estado, com reparos e demais providências necessárias à perfeita conservação dos imóveis, não estando relacionados, exclusivamente, a acréscimo de estrutura física ou construções completas.

3.5. Sempre que houver necessidade de prestação de serviços no Interior do Estado, o contratante deverá comunicar à contratada, por escrito, com antecedência de até 03 (três) dias, salvo os serviços emergências cujo atendimento serão feitos de imediato:

3.5.1. Cabendo ao Contratante:

3.5.1.1. Providenciar o transporte;

3.5.1.2. Pagar à empresa Contratada, sempre que houver viagem para prestação de serviços no Interior do Estado, a título de custeio, um valor fixo para as despesas com alimentação (almoço e jantar – o café da manhã já está incluso no custeio do hotel) e estada (pouso) do(s) oficial(is), cuja nota fiscal ou fatura deverá ser encaminhada em separado, após a prestação dos serviços;

3.5.2. Cabendo à Contratada:

3.5.2.1. Custear as despesas de alimentação e estada do(s) oficial(is) durante todo o mês em que for necessário a prestação de serviços no Interior do Estado, vindo, posteriormente, após a prestação dos serviços, emitir nota fiscal, em separado, referente a tais despesas.

3.6. A MANUTENÇÃO PREDIAL deverá, dentre outros, contemplar:

I. Instalações elétricas de baixa tensão

1. Instalações/Retiradas de Eletrodutos, eletrocalhas, conduítes, barramentos, fios, cabos, caixas, tomadas, interruptores, disjuntores, refletores, luminárias, reatores etc.;
2. Os quadros de distribuição;
3. Pequenos reparos no Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas- SPDA, tais como: Reaperto de conexões e Instalações de conexões.
4. Aterramento dos quadros e circuitos, e sua interligação com a malha existente;
5. Limpeza anual das luminárias, aletas de alumínio e lâmpadas;
6. Reaperto semestral dos disjuntores;
7. Entre outros, necessários ao perfeito funcionamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral.

II. Instalações de telefonia, rede de lógica (dados e voz) e alarme

1. As instalações/retiradas de cabos de telefonia (excetuando as centrais e os aparelhos de telefone);
2. Instalações/Retiradas de cabos de som (excetuando a mesa e as caixas de som);
3. Instalações/Retiradas de cabos de rede de lógica (dados e voz); Crimpagem até (50 Un/mês); Instalações de RJ45(macho/fêmea-50un/mês);
4. Instalações/Retiradas de cabos de alarme (excetuando as centrais, teclados, baterias, sirenes e sensores), ou seja, toda parte de serviços de instalações de eletrodutos, caixas de passagens, caixa 4x2, espelhos com orifício e instalação de fiação nova;

III. Instalações hidro-sanitárias

1. As instalações de água fria e suas conexões;
2. As instalações de água pluvial e suas conexões;
3. Limpeza das calhas, pequenos reparos com aplicação de PU nas emendas e rufos, limpeza dos tubos de escoamento. A limpeza de calhas, rufos e condutores deve ser feita trimestralmente, de modo a evitar goteiras e alagamentos;
4. As instalações de esgoto (a inspeção e limpeza das caixas e tubos de escoamento devem ser feitos semestralmente, de modo a evitar entupimento e seu consequente transbordamento);
5. Limpeza dos drenos das máquinas de ar condicionado;
6. Louças e metais;
7. Cavaletes e medidores, mediante autorização da concessionária;
8. Entre outros, necessários ao perfeito funcionamento dos trabalhos da Justiça Eleitoral.

IV. Construção civil em geral

1. Assentamento de piso interno/externo, seja ele em concreto armado ou não, desempenado ou polido, cerâmico, granito;
2. Execução de chapisco/reboco;
3. Telhados: Substituição de telhas cerâmicas, metálicas, de fibrocimento, de concreto, e outros;
4. Pequenos reparos em forros de gesso liso ou acartonado, PVC, madeira, metálico, entre outros;
5. Desmontagem/Demolição de paredes e forros em gesso acartonado, divisórias navais, madeira, metálico e outros;

6. Paredes de alvenaria;
7. Portas, batentes, dobradiças, esquadrias;
8. Pintura interna e externa de paredes, tetos, pisos, elementos do prédio e muros/gradis/portões de divisas, em látex, esmalte, graffiato, e etc. Essa pintura abrange, também, todos os Cartórios Eleitorais do Interior com área média variando entre 230m² a 320m²;
9. Inspeção-los/testá-los semestralmente todos os hidrantes (registros, mangueiras, bombas e demais componentes do sistema);
10. Limpeza de caixas d'água. Somente cartórios do interior. Reservatórios de até 5m³. Obedecendo sempre a programação previamente agendada com a Fiscalização e chefes de Zonas Eleitorais Cartórios (Cartórios do interior);
11. Caixas de passagem de esgoto, água pluvial, fossas e sumidouros;
12. Entre outros que compõem as instalações dos prédios.

3.7. Todos os serviços de manutenção predial serão gerenciados por programa específico, onde contará com a participação dos oficiais de manutenção que serão treinados pela Contratante, através da Fiscalização;

3.7.1. A Contratada através de seus oficiais de manutenção preencherão modelos de relatórios específicos, visando o controle dos serviços realizados por eles, bem como, dos materiais elétricos, hidráulicos e outros.

3.7.2. A frequência e tipos de relatórios serão definidos pela Fiscalização do contrato;

3.8. A execução dos serviços pretendidos ocorrerá mediante a disponibilidade pela contratada de 03 (três) postos de trabalho, que serão preenchidos por Oficiais de Manutenção, que deverão cumprir jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias em qualquer um dos locais de trabalho relacionados no Capítulo VII ou em outros que for solicitado por este TRE, devendo, os mesmos se apresentarem diariamente para os serviços no prédio-sede deste Tribunal, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Parque dos Poderes – Campo Grande/MS, salvo quando em viagem ao Interior do Estado, cujo local de apresentação será o prédio onde será prestado o serviço.

3.9. entende-se por Oficiais de manutenção aquele definido nesta categoria funcional pela Convenção Coletiva de Trabalho dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil do município de Campo Grande – MS, responsável pela execução dos serviços descritos no item 7 do Capítulo I do termo de referência.

3.10. Os serviços deverão ser realizados por oficiais que detenham conhecimento e o domínio da técnica necessária para a sua perfeita e completa execução, não sendo aceito, portanto, serviços defeituosos devido à má qualidade da mão-de-obra, podendo o TRE cobrar da Contratada os materiais perdidos/danificados em função disso, bem como os equipamentos danificados pela imperícia do oficial.

3.11. Fica sob a responsabilidade da Contratada toda e qualquer despesa com mão-de- obra e ferramental necessário para o cumprimento do objeto aqui especificado.

3.12. Deverão ser disponibilizados 03 (três) oficiais que cumprirão carga horária de 44 horas semanais, com expediente distribuído da seguinte forma:

3.12.1. O primeiro oficial: de segunda à sexta-feira: entrada às 07:00h e saída às 16:00h, com intervalo para almoço das 11:00h às 12:00h, e aos sábados: com entrada às 07:00h e saída às 11:00h;

3.12.2. O segundo oficial: de segunda à sexta-feira: entrada às 09:00h e saída às 18:00h, com intervalo para almoço das 12:00h às 13:00h, e aos sábados: com entrada às 08:00h e saída às 12:00h;

3.12.3. O terceiro oficial: de segunda à sexta-feira: entrada às 07:00h e saída às 16:00h, com intervalo para almoço das 11:00h às 12:00h, e aos sábados: com entrada às 07:00h e saída às 11:00h;

3.12.4. Em ano eleitoral, especificamente no período de 01/07 a 30/11, deverá ser disponibilizado mais um oficial, o quarto, que cumprirá a mesma carga horária dos demais, com expediente distribuído da seguinte forma:

3.12.4.1. O Quarto oficial: de segunda à sexta-feira: entrada às 07:00h e saída às 16:00h, com intervalo para almoço das 11:00h às 12:00h; e aos sábados: com entrada às 07:00h e saída às 11:00h;

3.13. Na ausência de previsão em Acordo ou Convenção Coletiva, o TRE/MS poderá requerer da empresa contratada que seja firmado acordo relativo ao horário de prestação de serviços com a categoria funcional, inclusive no que tange à exclusão da jornada de trabalho prevista aos sábados e compensação deste horário no período de segunda à sexta-feira, obedecidas as determinações legais acerca de jornadas máximas e de compensação de horários.

3.14. Os oficiais deverão se apresentar no trabalho devidamente uniformizados, portando crachá com sua identificação e da empresa ao qual estão vinculados.

3.15. Em ano eleitoral, especificamente, na véspera (sábado) e no dia da eleição (domingo) - tanto para o primeiro e segundo turno - deverá a Contratada disponibilizar nos horários pré-estabelecidos abaixo a presença de 04 (quatro) oficiais, para trabalharem em regime de plantão - no prédio-sede ou em qualquer outro posto que venha a ser designado pelo contratante - à disposição para prestar apoio a eventuais serviços corretivos emergenciais, ficando sob a inteira e exclusiva responsabilidade da Contratada substituí-los por outros, em escala rotativa, para que a jornada de trabalho diário de cada oficial não ultrapasse o permitido pela legislação trabalhista vigente, e ao mesmo tempo o TRE conte sempre com a presença, "in loco", de 04 (quatro) oficiais, sem ônus adicional para o contratante, devendo tais serviços serem computados na proposta da contratada, nos seguintes horários:

3.15.1. Na véspera da eleição: das 07:00h às 20:00h;

3.15.2. No dia da eleição: das 06:00h até o final do pleito (aproximadamente à 00:00).

3.16. Desde já fica sob a total responsabilidade da contratada o desembolso com pagamento de salários, encargo social, eventuais reclamações trabalhistas e outros benefícios de direito, pairando sob a responsabilidade deste TRE, apenas e tão somente o pagamento do valor mensalmente pactuado e as despesas com alimentação e estada do(s) oficiais quando em viagem e a serviço do Contratante, nos moldes estabelecidos no item 6 do Capítulo I do Termo de Referência, para o qual deverá ser apresentada toda a documentação que for exigida.

3.16.1. A contratada é responsável, ainda, pelo pagamento das horas extras realizadas em razão da solicitação do TRE/MS, desde que não haja sua compensação no prazo previsto em Convenção Coletiva, devendo apresentar ao contratante nota fiscal específica que deverá ser atestada pela Fiscalização.

3.16.2. A empresa deverá realizar o registro de frequência dos oficiais, sempre que possível, mediante a utilização de ponto eletrônico biométrico.

3.16.3. A presente contratação é para realização de serviços, não estando incluso o fornecimento de materiais de consumo (cimento, areia, fio, cabos, etc.) para realizá-los, cabendo ao contratante fornecê-los, ficando, porém, sob a responsabilidade da contratada fornecer todo o ferramental necessário à perfeita e completa execução dos serviços.

3.17. Os materiais a serem utilizados na manutenção preventiva ou corretiva, deverão ser listados pelos oficiais e entregues ao fiscal do contrato, com as devidas justificativas para sua utilização, cabendo ao fiscal providenciá-los no estoque do TRE.

3.18. Os materiais, peças e/ou componentes eventualmente substituídos, deverão ser apresentados ao fiscal do contrato, para recebimento e conferência e demais providências cabíveis.

3.19. A Contratada deverá providenciar o descarte dos materiais inutilizados durante a Manutenção Predial, tais como: reatores, lâmpadas fluorescentes, de sódio, vapor metálico, louças quebradas, partes de gesso acartonado, liso, pilhas, restos de demolição e outros;

3.20. Os procedimentos de descarte, bem como os locais de destinação, deverão atender a legislação vigente;

3.21. A Contratada será responsabilizada por qualquer infração cometida pelo não cumprimento dos procedimentos de descarte previstos em legislação;

3.22. Os serviços que envolvam ruídos, poeiras, etc., deverão ser executados, preferencialmente, em horários fora do expediente normal deste TRE.

3.23. A execução dos serviços deve se dar no menor tempo possível, e dentro das mais perfeitas técnicas, não sendo aceita justificativa, por parte da contratada, de falta de ferramentas ou falta do oficial.

3.24. A manutenção preventiva ou corretiva será controlada em formulários próprios, a serem elaborados pelo fiscal do contrato.

3.25. Os oficiais e os serviços por eles prestados (qualidade dos serviços, rapidez na sua execução, assiduidade, espontaneidade quanto ao antecipar-se aos problemas, comportamento interpessoal, gerenciamento dos controles de materiais e serviços através de software específico, etc.) serão analisados e avaliados em formulário próprio, a ser elaborado pelo fiscal do contrato, podendo ser solicitado, a substituição do oficial que não atenda as expectativas, independentemente de comprovação por parte do Contratante.

3.26. Os resíduos gerados em razão das atividades de manutenção predial terão descartes por conta da contratante, pois existe contrato com empresa de caçamba para tal finalidade.

3.27. Fica aqui estabelecida a criação do banco de horas nos moldes determinados pela legislação vigente (convenção coletiva), o qual deverá ser controlado pela empresa contratada, com anuência do fiscal do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

4.1. A contratada, além de disponibilizar a mão de obra, deverá fornecer para o contratante os materiais, utensílios e equipamentos suficientes e necessários para a perfeita execução dos serviços de vigilância.

4.2. Considera-se a Contratada como altamente especializada no ramo da engenharia, e, por conseguinte, conhecedora de todo o ferramental necessário para a perfeita e completa execução dos serviços, pairando, portanto, sob a sua inteira e exclusiva responsabilidade o fornecimento de todo ferramental necessário para a perfeita execução dos serviços de manutenção predial dos prédios da Justiça Eleitoral, em especial o prédio sede e o Fórum da Capital, cujos portes são maiores, não sendo aceita alegações posteriores.

4.3. As ferramentas mais utilizadas deverão ser disponibilizadas em quantidade mínima de duas para atender os casos em que os serviços forem prestados em outros locais diferentes deste prédio-sede, principalmente no interior do Estado, a fim de não prejudicar a execução dos serviços pelo fato da ferramenta necessária estar sendo utilizada em outros locais.

4.4. Dentre as ferramentas necessárias destacamos algumas: Andaimos com altura de até 11m, escadas, amperímetros, multímetros, jogos de chave de fenda, chave Phillips, chave de teste, chaves de boca e frezada, alicates, furadeiras, jogo de brocas para concreto e ferro, jogo de serracopo, lixadeiras, alicate de crimpagem para RJ45, arco de serra e serras, ferro de solda para estanho, serrote, maquina, caixas de ferramentas, martelos, marretas, ponteiros, talhadeiras, colher de pedreiro, desempenadeira para reboco, baldes, carriola, trenas de 5m e 30m, nível de mão, esquadros, réguas para reboco, prumos, brocha, jogo de rolo em espuma e pelo para pintura, jogo de pincel, jogo de tarracha para rosca em conduíte, espátula, desempenadeira de aço lisa e dentada, jogo de chave de grifo, arrebiteadeira, pás, enxadas, xibanca, picareta, chaves para válvulas de descargas, etc..

4.5. Dentre os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, estabelecido pela NR-6, destacamos alguns: Capacete de segurança para proteção contra choques elétricos / luvas de segurança para proteção das mãos contra choques elétricos, contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes / manga de segurança para proteção do braço e antebraço contra choques elétricos, contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes / calçados de segurança para proteção contra choques elétricos, contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes / vestimenta condutiva de segurança para proteção de todo o corpo contra choques elétricos / Cinturão de segurança para proteção do usuário contra riscos de queda em trabalhos em altura / óculos de segurança para proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes / Protetor auditivo circum-auricular para proteção do sistema auditivo contra níveis de pressão sonora superiores ao estabelecido na NR - 15, Anexos I e II / Respirador purificador de ar para proteção das vias respiratórias contra poeiras e névoas / etc..

CLÁUSULA QUINTA – DOS UNIFORMES

5.1. A contratada deverá fornecer uniformes completos aos seus funcionários, contados do início da execução dos serviços, de modo que todos executem suas atividades devidamente trajados.

5.1.1. Os uniformes deverão conter a identificação da empresa (nome e/ou logomarca) em local visível, pelo menos nas peças que compõem a parte superior do vestuário (impresso, bordado ou por meio de uso de broche ou similar).

5.1.2. Os uniformes deverão ser confortáveis, dotados de acabamento perfeito, duráveis, feitos com materiais de alta qualidade, proporcionando ajuste adequado ao corpo do usuário.

5.1.3. Os tecidos deverão ser tipo *Oxford* ou similar, confeccionados de modo a oferecer boa mobilidade e elegância ao usuário. Deverão ser resistentes, para não desbotarem e não rasgarem, bem como não serem transparentes.

5.1.4. A bota de segurança a ser fornecida deverá ser da cor marrom ou preta, confeccionada em couro ou M Micro, com fechamento em cadarço, colarinho acolchoado forrado em tecido, com biqueira de composite ou plástica e solado de poliuretano.

5.1.4.1. O fiscal poderá recusar item de uniforme considerado em desacordo com o aqui estabelecido, ficando a contratada obrigada à substituição, dentro dos prazos já assinalados para o fornecimento.

5.2. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, conforme quantitativos e frequência estabelecidos abaixo:

ÁREA/ ESPECIALIDADE	UNIFORME COMUM (PADRÃO)	QUANTIDADE POR POSTO DE TRABALHO	FREQUÊNCIA (TROCA)
OFICIAL DE MANUTENÇÃO	Camisa pólo ou camiseta, em tecido 100% algodão, com manga curta e gola careca.	4 (quatro) unidades	6 (seis) meses
	Calça com bolsos laterais e traseiros	2 (duas) unidades	6 (seis) meses
	Meias de algodão, na cor branca	4 (quatro) pares	6 (seis) meses
	Bota de segurança	1 (um) par	12 (doze) meses
	Casaco em <i>tactel</i> ou <i>nylon</i> , com zíper na frente e bolsos laterais, com logotipo da empresa (impresso ou bordado)	1 (uma) unidade	12 (doze) meses

5.2.1. Os uniformes indicados acima, não poderão ser cobrados dos funcionários da contratada, a não ser que haja destruição intencional ou desvio de peça por culpa do empregado.

5.2.2. O primeiro conjunto de uniformes deverá ser entregue aos funcionários até o início da prestação dos serviços.

5.2.3. A Contratada deverá substituir o uniforme nas eventualidades de avarias/danos (rasgar, furar, queimar, manchar, encardir, quebrar salto, soltar solados etc);

5.2.4. Não será admitido o uso de uniformes rasgados, manchados, furados, encardidos etc;

5.3. Os funcionários deverão estar sempre calçados, não sendo permitido o uso de sandálias ou chinelos.

5.4. A cor do uniforme, nos casos não estabelecidos, deverá ser discreta, evitando-se tonalidades fortes e berrantes.

5.5. Os funcionários deverão portar, continuamente e em local visível, crachá de identificação com fotografia, fornecido pela contratada, não sendo admitida a permanência nos postos de serviço de funcionários sem o crachá.

5.5.1. O crachá deve conter, ao menos, a identificação da empresa contratada, o nome e a foto do prestador de serviços.

5.6. A fiscalização poderá requerer a substituição de itens do uniforme, caso não atendam aos padrões indicados ou se verifique que sejam de baixa qualidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA

6.1. Como condição indispensável à execução do Contrato, a Contratada prestará a garantia em favor do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, no montante correspondente a **5% (cinco por cento) do valor atualizado total deste contrato**.

6.1.1. A empresa poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia.

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-Garantia;
- c) Fiança Bancária.

6.1.1.1.a) Havendo a opção pela modalidade de **caução em dinheiro**, o valor será depositado em conta-caução, na Caixa Econômica Federal, conforme disciplinado pelo Decreto-Lei n.1.737/1979.

6.1.1.1.b) A garantia oferecida na modalidade de **caução em títulos da dívida pública**, somente será aceita sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.1.1.1.c) A garantia prestada na modalidade de **seguro-garantia** dar-se-á mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, legalmente autorizada, em favor exclusivamente do Tribunal Regional Eleitoral de MS, fazendo referência ao objeto do Contrato e à Licitação.

6.1.1.1.d) A garantia oferecida através da modalidade de **fiança bancária** somente será aceita se da mesma constar todos os requisitos abaixo indicados:

- 1) Comprometimento da instituição financeira de que atenderá em 72 (setenta e duas) horas, até o valor da garantia, as requisições de pagamento, multas e outras verbas previstas na licitação e/ou contrato formulados pelo Tribunal Eleitoral/MS e legalmente exigíveis.
- 2) Declaração da instituição bancária de que renuncia expressamente aos benefícios previstos no artigo 837 da Lei 10.406 (Código Civil).

6.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, **garantia em qualquer uma das modalidades acima descritas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato e deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, sob pena de multa prevista na cláusula décima sétima.**

6.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

6.2.2 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% do valor anual do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da contratada.

6.2.2.1. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado no subitem 6.2.2., por quaisquer das modalidades previstas no subitem 6.1.1.

6.2.2.2. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

6.2.3. Caso a contratada deixe de apresentar definitivamente a garantia, fica sujeita a rescisão contratual, passível de aplicação da penalidade prevista na Cláusula Décima Nona.

6.2.4. Sempre que houver acréscimo de valores, prorrogação da vigência do contrato, ou utilização de valor, a garantia deverá ser proporcionalmente atualizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do termo ou da comunicação de execução da garantia contratual.

6.3. Somente poderá ser efetivado pagamento mediante a apresentação da garantia, sob pena de não se iniciar o prazo de 7 (sete) dias úteis para pagamento.

6.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela

contratada.

6.4.1 Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem os eventos indicados nas alíneas "a" a "d" do item 6.4.

6.4.2 A garantia será executada na sua totalidade se os prejuízos sofridos por este Tribunal forem iguais ou superiores ao valor assegurado; se os prejuízos quantificados pelo TRE/MS forem menores que o valor da garantia, será executado somente aquele valor.

6.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução completa do contrato (comprovação do pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada), caso não haja sido utilizada nos termos do item 6.4 desta Cláusula.

6.5.1. Ao final do contrato, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração.

6.6. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros.

6.7. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

6.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 6.7.

6.9. Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, a seguradora e/ou a fiadora será, paralelamente, notificada das comunicações de solicitação de defesa prévia à CONTRATADA e das decisões finais de 1ª e última instância administrativa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTA VINCULADA

7.1. Em conformidade com as disposições da Resolução Nº 98, de 10 de novembro de 2009 e 169 de 31 de janeiro de 2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça e Instrução Normativa n.º 4/2011, que dispõem sobre os encargos trabalhistas a serem pagos pelos Tribunais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Poder Judiciário, vigorará o que segue:

7.1.1. Os valores das provisões trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIO EDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAT/SEBRAE etc) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário serão deduzidas do pagamento do valor mensal devido às empresas contratadas para prestação de serviços e depositadas exclusivamente em banco público oficial, em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do Tribunal Eleitoral.

7.1.1.1. A conta bancária deverá obrigatoriamente ser aberta na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Agência 1310 - PAB TJ/MS, localizada no prédio do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (Av. Mato Grosso - Bloco 13 - Parque dos Poderes - 79031-902 - Campo Grande - MS), em decorrência do Acordo de Cooperação Técnica especialmente firmado para essa finalidade, conforme Anexo VII deste Pregão.

7.1.2. Os valores provisionados somente serão liberados:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

b) parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória por ventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

d) ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e

7.1.3. A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta vinculada serão providenciadas por servidor previamente designado pelo TRE/MS.

7.1.4. Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

7.1.5. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das provisões trabalhistas (férias, 1/3 constitucional, 13º salário; multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário).

7.1.6. Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

7.1.7. A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o Tribunal Eleitoral e a contratada será sucedida dos seguintes atos:

I – solicitação pelo Tribunal Eleitoral, mediante ofício, endereçado ao banco público para abertura de conta vinculada no nome da empresa;

II – assinatura, pela empresa contratada, **no prazo de vinte dias, a contar da notificação do Tribunal**, dos documentos de **abertura da conta-depósito vinculada** e de termo específico do banco público que permita ao tribunal eleitoral ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do respectivo tribunal.

7.1.7.1. A Conta depósito deverá ser aberta pela empresa, no Banco e Agência indicada pelo TRE/MS, em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica, especialmente firmado para esta finalidade.

7.1.8. Os recursos depositados nas Contas Vinculadas serão aplicados em Poupança, destinadas à pessoa jurídica privada, a uma taxa de juros de 1,5% ao trimestre, aplicada sobre os valores atualizados pela Taxa Referencial (TR), creditados na data de aniversário, sujeitos à tributação nos termos da legislação vigente. A partir data de 04/05/2012, conforme publicação da MP 567 de 03/05/2012, os depósitos (operação 022) são remunerados:

a) Quando a taxa SELIC for maior do que 8,5% a.a., pelo índice de 0,01500000 de juros, ao trimestre; e

b) Quando a taxa SELIC for igualou inferior a 8,5% a.a., o índice passa a ser de 70% da SELIC, conforme Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnica firmado com a Caixa Econômica Federal.

7.1.9. Os valores das provisões de encargos trabalhistas depositados na conta deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa.

7.1.10. No âmbito do TRE/MS, o setor de Coordenadoria de Finanças e Contabilidade é competente para definir, inicialmente, os percentuais a serem aplicados para os descontos e depósitos, cabendo ao setor de execução orçamentária ou ao setor financeiro conferir a aplicação sobre as folhas de salário mensais das empresas e realizar as demais verificações pertinentes.

7.1.11. Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta-depósito mediante autorização do Tribunal, que deverá expedir ofício ao banco público oficial.

a) A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal, devendo ser instruída com toda documentação probatória, a qual será protocolizada, para os devidos efeitos legais, para:

I - resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 7.1.1, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados;

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 7.1.1;

b) Para resgatar os recursos da conta-depósito, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à de Coordenadoria de Finanças e Contabilidade os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado.

7.1.12. O tribunal, por meio da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, expedirá, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, no caso do inciso I do item 7.1.11, a autorização encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.1.13. No caso do inciso II do item 7.1.11, o TRE/MS solicitará ao banco público oficial que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

7.1.14. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

7.1.15. No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a empresa contratada poderá solicitar a autorização para resgatar os recursos, devendo apresentar ao Tribunal, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

7.1.16. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.1.17. O saldo existente na conta vinculada apenas será liberado com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

7.1.17.1 Quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente aos empregados pela própria administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. Em termos gerais, os prazos relativos à execução de cada serviço são os indicados abaixo:

a) Prazo de início da execução dos serviços: até 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da notificação pela fiscalização, mediante ofício ou outro documento hábil;

b) Prazo para apresentar a garantia na forma da Cláusula Sexta (5% do valor total do contrato): 10 (dez) dias úteis, data da assinatura do contrato, sob pena de multa e rescisão contratual conforme previsão da alínea “b” do item 17.3 da Décima Sétima – Das Penalidades.

c) Prazo para emissão de ateste pela Fiscalização, incluídos fechamento do controle de frequência e do Acordo de Nível de Serviço do mês de referência: no prazo de até 3 (três) dias úteis posteriores ao encerramento do referido mês – isto é, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços – e comunicará à empresa contratada, via correio-eletrônico, o valor que será pago pela prestação dos serviços e que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura;

d) Prazo para análise e fechamento de Acordo de Nível de Serviço pela Seção de Gestão de Contratos: até 4 (quatro) dias úteis contados do recebimento do atesto dos serviços e das informações prestadas pela Fiscalização do contrato (isto é, até o sexto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços);

e) Prazo para emissão de Nota Fiscal, bem como de documentos acessórios (necessários ao pagamento) e apresentação à Seção de Gestão de Contratos Administrativos: até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do valor dos serviços, encaminhando juntamente com a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação complementar exigida;

f) Prazo de pagamento da Nota Fiscal: até 15 (quinze) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal à fiscalização, com observância das seguintes etapas:

f.1) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

f.2) os responsáveis pela fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais procederão à análise dos documentos pertinentes, no prazo de até 4 (quatro) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da Fiscalização, e, após, farão o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;

f.3) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

g) Prazo para fornecimento inicial dos uniformes pela contratada: até o início da prestação dos serviços.

g.1) Os demais conjuntos de uniformes a serem fornecidos durante a vigência da contratação, em decorrência de troca/reposição, deverão ser entregues até o primeiro dia útil do novo período, de acordo com a frequência de substituição indicada no Termo de Referência.

h) Prazo para assinatura e devolução de Termo Aditivo ou qualquer outro documento que seja considerado obrigatório: até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização do referido documento no Sistema Eletrônico de Informação (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

i) Prazo para apresentação de Anotação de Registro Técnico (ART): 5 dias após a assinatura do contrato;

j) Prazo para abertura de conta vinculada e providências correlatas: 20 (vinte) dias a contar da notificação pela CONTRATANTE, mediante ofício;

k) Prazo para comprovação de sede/ filial no município de Campo Grande/MS: até 10 dias úteis após a assinatura do termo de contrato;

8.2. Os prazos indicados nesta cláusula poderão ser prorrogados, mediante solicitação pela contratada, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

8.2.1. Na solicitação deverão constar motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado e o novo prazo previsto para a providência.

8.2.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se a empresa da decisão proferida.

8.2.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito as penalidades previstas pela inexecução contratual.

8.3. O presente Contrato terá vigência contratual de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas por Créditos Orçamentários fixados na Lei Orçamentária Anual para o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, pela seguinte dotação orçamentária: ações **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0054 e 4269 – Pleitos Eleitorais, Programa de Trabalho 02.061.0570.4269.0001.**

9.2. O crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão devidamente registrados nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO

10.1. O valor total do presente Contrato, para a execução de todos os serviços indicados no objeto contratual somados aos valores das diárias, é de R\$ **xxxxxxxxxxxx**, conforme detalhamento abaixo:

	CATEGORIA FUNCIONAL	Valor unitário mensal (R\$)	Período da Contratação (meses)	Valor Total Global (R\$)
1	Oficial 1		12	
2	Oficial 2		12	
3	Oficial 3		12	
4	Oficial 4 - Período Eleitoral (01/jul a 30/nov)		5	
	Valor Total			

10.1.1 O valor mensal do posto de trabalho referente ao período eleitoral, já contando com o horário especial de véspera e dia de Eleição, será contabilizado apenas em ano eleitoral, assim informado pela Administração.

10.1.2 Havendo prorrogação contratual, não serão incluídos os valores estabelecidos para o posto de trabalho período eleitoral para ano não eleitoral.

10.2 Para efeitos de previsão do pagamento dos custos adicionais de prestação do serviço no interior do Estado soma-se ao contrato o valor de R\$ xxxx (txxxx), correspondente as seguintes estimativas:

10.2.1 Quantidade estimada de viagens durante 12 meses: 150 dias com pernoite (com custeio de despesas com alimentação e pouso de um oficial no Interior do estado) e 150 dias sem pernoite (com custeio de despesas apenas com alimentação de um oficial no Interior do estado).

10.2.2 Valor fixado para cobrir custos de serviços no interior, quando houver pernoite: R\$ R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais);

10.2.3 Valor fixado para cobrir custos de serviços no interior, quando não houver pernoite: R\$ 115,00 (cento e quinze reais).

10.3. O item 10.2 que trata apenas de pagamentos estimados, considerando a possibilidade de realização de despesas nos moldes e frequência acima indicados, não havendo obrigação de pagamento integral, estando coberto apenas o que for efetivamente prestado de serviço.

10.4. No final do período de vigência contratual, havendo saldo, igual ou menor aos valores acima estimados, acorda-se que este fica automaticamente decrescido do valor da contratação, na forma prevista na alínea 'b' do inc. I do art. 65 da Lei 8.666/93, respeitando o §1º do mesmo artigo, estando o TRE/MS autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REPACTUAÇÃO

11.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, salvo a repactuação de preços decorrentes de Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou Acordo Coletivo de Trabalho – ACT da categoria, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da última CCT ou ACT.

11.1.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação da proposta de preços da contratada;

II - da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos.

11.1.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

11.2. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e de documentos comprobatórios correspondentes.

11.2.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e neste contrato.

11.3. A solicitação de repactuação somente será deferida, considerando-se:

- I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- II - as particularidades deste contrato;
- III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada; e
- V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

11.4. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser tomada no prazo máximo de sessenta dias, contado o prazo a partir da solicitação da contratada e da entrega comprovantes de variação dos custos.

11.5. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

11.6. O prazo referido no item 11.4 acima, ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.7. Na superveniência de prorrogação da vigência deste contrato, em que não seja ressalvada expressamente o direito a que se refere o item 11.2 acima, operará a preclusão do direito a repactuação.

11.8. A contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

11.9. O termo aditivo com o novo valor contratado decorrente da repactuação terá seus efeitos a partir da data-base do fato ensejador.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. No caso de materiais, insumos ou diárias, não haverá reajustamento dos valores, durante o período de um ano a contar da data da apresentação da proposta, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 28 da Lei n. 9.069, de 29.06.1995, combinado com o § 1º do art. 3º e §§ 1º e 2º do art. 2º da Lei n. 10.192, de 14.02.2001.

12.1.1. No caso de aumento dos custos em relações aos encargos referentes aos materiais, insumos ou diárias, após o transcurso de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, a contratada deverá requerer expressamente o reajuste, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, no período ou outro índice oficial que venho substituí-lo.

12.1.2. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

12.1.3. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços contratados poderão ser revistos, com vistas a manutenção do reequilíbrio econômico financeiro da avença, a qualquer tempo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13.2. A revisão dos preços poderá ser iniciada:

- I – pela contratante, nos casos em que for verificada a redução do preço praticado no mercado ou em decorrência de redução de carga tributária ou de estudos técnicos elaborados internamente; ou
- II - pela contratada, mediante solicitação à contratante, devendo apresentar as justificativas dos fatos motivadores do desequilíbrio e encaminhar, no mínimo, os seguintes documentos:
 - a) planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devendo demonstrar quais os itens da planilha de custos anterior estavam defasados e que estão ocasionando o desequilíbrio do contrato;

- b) cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) e outros elementos comprobatórios para a formação do novo preço.

13.2. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

13.4. Os preços revisados não poderão conter aumento da margem de lucro inicialmente pactuada.

13.5. O equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se concedido, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros da data da solicitação da contratada.

13.6. Enquanto não ocorrer à revisão dos preços, a prestação de serviços deverá ser feita de forma continuada, sob o preço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA NOTA FISCAL

14.1. A nota fiscal relativa aos serviços deverá informar e descrever o seu objeto como "*prestação de serviços de manutenção predial*", não estando vinculada a posto de trabalho ou horas trabalhadas, e tendo por referência os resultados e valores advindos do ANS - Acordo de Nível de Serviço.

14.2. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n. 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.º 1.244/12.

14.3. Para fins de emissão da nota fiscal deverá ser observado o seguinte procedimento:

a) a Fiscalização do contrato providenciará o atesto dos serviços efetivamente prestados, dos materiais e equipamentos efetivamente fornecidos e/ou dos deslocamentos efetivamente realizados, compreendendo, dentre outras atribuições, o fechamento do controle de frequência e do Acordo de Nível de Serviço do mês de referência, no prazo de até 3 (três) dias úteis posteriores ao encerramento do referido mês – isto é, até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços – e comunicará à empresa contratada, via correio-eletrônico, o valor que será pago pela prestação dos serviços e que deverá constar da Nota Fiscal/Fatura;

b) a empresa contratada deverá providenciar a emissão da Nota Fiscal/Fatura e a sua apresentação à Fiscalização em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do valor dos serviços, encaminhando juntamente com a Nota Fiscal/Fatura toda a documentação complementar exigida conforme cláusula décima terceira;

b.1) considerando eventuais possíveis efeitos nocivos sobre a prestação dos serviços, decorrentes, por exemplo, de falta de recursos para cumprimento das obrigações contratuais, o atraso na entrega da nota fiscal/fatura de prestação dos serviços poderá ensejar a aplicação de sanção à empresa contratada, nos termos do fixado no ANS e/ou no contrato;

14.4. De modo a viabilizar o recolhimento da tributação municipal incidente, além a contratada deverá emitir nota fiscal específica para cada município de prestação de serviços.

14.4.1. A nota fiscal deverá vir acompanhada do documento (guia) para recolhimento do tributo municipal, devidamente preenchido, para que o TRE/MS possa efetuar o devido recolhimento, por ocasião do pagamento da nota fiscal.

14.4.2. A exigência de apresentação do documento (guia) para recolhimento poderá ser dispensada nos casos em que o TRE/MS faça uso de forma de recolhimento que prescindia do referido documento (guia).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

15.1. O pagamento dos serviços efetivamente prestados e dos materiais efetivamente fornecidos será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada das seguintes comprovações:

a) **regularidade fiscal**, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações:

1) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, na qual deve constar a seguinte redação: "*abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.*", que se referem aos débitos previdenciários (INSS), devidamente válida;

2) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

3) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) pagamento da **remuneração** e das **contribuições sociais** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, ou do faturamento ou da prestação do serviço, compatível com os

empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, quando se tratar de empregados da contratada e alocados nas dependências do Tribunal para execução do contrato;

c) cumprimento das **obrigações trabalhistas**, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração ou do mês do faturamento ou da prestação do serviço; e,

15.2. O pagamento dos serviços será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Termo de Referência, e ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal à fiscalização.

15.3. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

b) os responsáveis pela fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais procederão à análise dos documentos pertinentes, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da Fiscalização, e, após, farão o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à contratada;

c) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização das obrigações trabalhistas e fiscais;

15.4. As notas fiscais **deverão, obrigatoriamente**, virem acompanhadas de toda a documentação especificada no item **15.1, sob pena de suspensão do prazo de pagamento, sempre que uma documentação estiver irregular, vencida ou ausente**, devendo o fiscal de contrato responsável pelas obrigações e encargos sociais, fiscais e trabalhistas ser comunicado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças, Unidade Responsável pelo pagamento, para imediatamente oficializar à contratada, por meio escrito, formal e com atesto de recebimento, juntado aos autos para comprovar a interrupção do pagamento, passando o prazo a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

15.4.1. A não apresentação da documentação solicitada, nos prazos especificados ou o não atendimento de regularização no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de solicitação pela fiscalização, poderá ensejar a rescisão do contrato e quaisquer valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia.

15.5. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

15.6. Nos termos do disposto no inciso VIII do art. 17 da Resolução TSE nº 23.234/2010, a nota fiscal ou fatura não será paga, no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, salvo na hipótese de determinação judicial, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.7. A retenção ou glosa no pagamento à contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a contratada:

a) deixar de cumprir com as cláusulas contratadas, inclusive as relativas às obrigações trabalhistas, previdenciárias e ao FGTS, salvo por decisão judicial em contrário; e

b) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

15.8. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo de Nível de Serviço - ANS anexo a este Contrato, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, dentre outros fatores previstos na Metodologia de Trabalho e Definição da Rotina de Execução.

15.8.1. Nenhum pagamento será efetivado com base exclusivamente em quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

15.8.2. Quando houver necessidade de pagamento proporcional (*pro rata*), os valores serão calculados considerando o mês comercial com 30 (trinta) dias.

15.9. À época da efetivação do pagamento, caso a garantia estiver vencida ou ainda não tiver sido apresentada, o contrato ficará passível de RESCISÃO.

15.10. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX \times 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e
a do efetivo pagamento; e
VP = Valor da parcela em atraso.

15.11. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

15.12. Caso haja dúvidas, a CONTRATADA, antes da emissão da nota, deverá entrar em contato com a Coordenadoria de Orçamento e Finanças do TRE/MS, através do telefone: (67) 2107-7084, solicitando orientações sobre o preenchimento da nota.

15.13. Caso a CONTRATADA não honre com encargos trabalhistas e previdenciários atinentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a deduzir das faturas devidas a CONTRATADA, os valores referentes a salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

15.14. A CONTRATANTE está autorizada a realizar os pagamentos de salários diretamente aos empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quanto estes não forem honrados pela CONTRATADA.

15.15. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

16.1. Além das obrigações resultantes da observância da legislação pertinente, são obrigações do Contratante:

- a) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no contrato;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do Termo de Referência e deste Contrato, dos documentos que o acompanham e da legislação pertinente e em vigor;
- c) Exercer a fiscalização dos serviços por servidor especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 8666/93;
- d) Não permitir que a mão de obra execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no Termo de Referência e neste contrato;
- e) Disponibilizar ambiente para acomodação dos funcionários em serviço;
- f) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- h) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- i) Proporcionar os meios e condições necessárias à segurança e à higiene dos prestadores de serviços da contratada, designados para a execução dos serviços;
- j) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
- k) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento do Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
- l) Não direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;
- m) Autorizar a devolução da garantia à contratada após o término do contrato.
- n) Conferir o cumprimento da cláusula editalícia e Resolução CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019, que determina a contratação de egressos do sistema prisional e/ou cumpridor de medidas e penas alternativas, por intermédio do fiscal das obrigações trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

17.1. A contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, obriga-se a:

- I) **Implantar, em até 5 (cinco) dias, após o recebimento da autorização de início dos serviços**, a mão de obra nos respectivos postos de trabalho contratados e nos horários fixados na escala de serviço elaborada pelo contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o posto conforme o estabelecido;
- II) Fornecer uniformes, em um só padrão, aos funcionários alocados nos postos de trabalho previstos na presente contratação, de modo que todos executem suas atividades devidamente trajados. Os custos dos uniformes, bem como os de eventuais ajustes, não poderão ser repassados aos seus funcionários. Os uniformes deverão ser repostos no prazo estabelecido no Capítulo XIII do Termo de Referência, ou em prazo menor quando a fiscalização do contrato, justificadamente, assim o exigir;
- III) Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para reposição nos casos de faltas, inclusive para atender eventuais acréscimos solicitados pelo Contratante, bem como, impedir que o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave, seja mantido ou retorne ao posto de trabalho. As faltas não repostas, sejam quais forem os períodos ou motivos, serão abatidas do valor pago mensalmente, independente de outras penalidades contratuais. O cálculo para desconto das faltas será conforme item IV abaixo;
- IV) Em caso de falta ou não prestação dos serviços será aplicado desconto conforme o

disposto a seguir: valor mensal do posto de trabalho multiplicado por 12 (doze), dividido por 365,25 (trezentos e sessenta e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos), multiplicado pelo número de dias em que o serviço deixou de ser prestado, independentemente da aplicação de penalidades;

V) Afastar imediatamente após a comunicação, sempre que exigido pela Administração e independentemente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do Contratante ou ao interesse do Serviço Público, ou ainda entendida como inadequada para prestação dos serviços. A substituição do prestador de serviços afastado deverá ser efetuado em no máximo 5 (cinco) dias úteis;

VI) Selecionar e preparar rigorosamente o empregado que irá prestar os serviços;

VII) Fornecer mão de obra capacitada para alocação nos postos de trabalho objeto do contrato, visando à perfeita execução dos serviços. Os prestadores de serviços deverão ser devidamente capacitados, obedecendo aos requisitos mínimos fixados pelo contratante, de acordo com o Termo de Referência;

VIII) Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência;

IX) Não será admitida prestação de serviços que implique em horas extras e/ou adicionais noturnos, salvo casos especiais, nas condições estabelecidas na cláusula 5 do Capítulo V do Termo de Referência;

X) Manter seu pessoal identificado com crachá, a cargo da contratada, que deverá conter foto e nome completo do prestador de serviços, bem como identificação da contratada, bem como instruí-los a apresentar-se ao trabalho obedecendo às regras de higiene e asseio;

XI) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a prestação dos serviços;

XII) Elaborar plano de férias e apresentá-lo ao fiscal em até 60 (sessenta) dias após o início da prestação dos serviços, do qual constarão o nome do prestador de serviços e as datas previstas para início e término de suas férias. O plano de férias deverá ser atualizado e apresentado ao fiscal sempre que ocorrerem eventos que impliquem sua modificação;

XIII) Orientar seus empregados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações do contratante, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização do contratante e liberação no posto de vigilância do mesmo;

XIV) Manter vínculo empregatício com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, além de seguros e indenizações, taxas e tributos pertinentes, bem como por quaisquer acidentes e mal súbito de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 3º e 6º do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de 28.11.67. A inadimplência da contratada para com estes encargos, não transfere ao contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

XV. Fornecer aos seus empregados vale transporte, e outros benefícios e vantagens previstos na legislação e acordo ou convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

XVI) O salário e demais benefícios deverão estar em consonância com o disposto em acordo ou convenção ou dissídio coletivo de trabalho;

XVII) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

XVIII) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

XIX) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

XX) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

XXI) Prever toda a mão de obra necessária para garantir a perfeita execução dos serviços, nos regimes contratados, obedecendo às disposições da legislação trabalhista vigente;

XXII) Respeitar as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária);

XXIII) Efetuar o pagamento de seus funcionários, através de rede bancária, via depósito bancário, a fim de evitar interrupções na prestação dos serviços, bem como possibilitar a conferência do pagamento por parte do contratante;

XXIV) Cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados pela Administração, segundo suas conveniências e em consonância com a fiscalização do contrato;

XXV) Arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços;

XXVI) Relatar à fiscalização do contrato toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços;

XXVII) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto da presente contratação, sem prévia e expressa anuência do contratante;

XXVIII) Atender prontamente as exigências da Administração inerentes ao objeto do contrato;

XXIX) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado;

XXX) Cumprir e fazer cumprir as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes, realizando, as suas expensas, os exames médicos e complementares, na forma do Decreto-Lei n. 5.452/43, tanto na admissão de seus empregados e durante a vigência do contrato de trabalho, mantendo em seu poder os respectivos comprovantes para verificação pela contratante, quando solicitado;

XXXI) Providenciar, as suas expensas, o encaminhamento e o tratamento médico aos seus empregados designados à execução dos serviços contratados, em caso de doença, acidente de trabalho ou quaisquer outros acontecimentos desta natureza;

XXXII) Responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e seu patrimônio e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, em razão de ação ou de omissão da contratada ou de quem em seu nome agir;

XXXIII) Responsabilizar-se pela conduta do empregado que for incompatível com as normas do contratante, tais como: cometimento de ato desidioso, negligência, omissão, falta grave, violação do dever de fidelidade, indisciplina no descumprimento de ordens gerais;

XXXIV) Exercer as suas atribuições em perfeita consonância com as disposições normativas do contratante, sob pena de se constituir em inadimplência contratual;

XXXV) Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

XXXVI) Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pelo contratante, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

XXXVII) Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor custo;

XXXVIII) Registrar e controlar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal;

XXXIX) Nomear preposto para orientar a execução dos serviços, bem como manter contato com a fiscalização do contrato, solicitando as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, recebendo as reclamações daquela e, por consequência, tomando todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 68 da Lei nº 8.666/93.

XL) O preposto será responsável por:

- a. Garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização;
- b. Cumprir e fazer cumprir as diretrizes do contratante, segundo determinação da fiscalização, dentro dos limites do contrato;
- c. Reportar-se à fiscalização quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;
- d. Receber as observações da fiscalização, relativamente ao desempenho das atividades, e identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra;
- e. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços;
- f. Fazer com que os usuários dos serviços recebam tratamento adequado, respeitoso e atencioso;
- g. Instruir a mão de obra quanto à necessidade de acatar as orientações do encarregado, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- h. Acompanhar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, registrando as ocorrências havidas;
- i. Inspecionar a execução dos serviços, bem como o uso e o estado de conservação dos uniformes;
- j. Fornecer número telefônico fixo ou móvel e endereço de correio eletrônico, objetivando a comunicação por parte da fiscalização no que tange aos serviços contratados;

XLII) Orientar e instruir os seus empregados quanto ao cumprimento dos horários de trabalho fixados pelo contratante, das atribuições de cada posto de trabalho e das normas gerais de conduta, especialmente, as descritas no Termo de Referência;

XLIII) Possuir sede, filial ou instalações/escritório no município de Campo Grande/MS, cuja comprovação deverá ser feita até 10 dias úteis após a assinatura do termo de contrato (tal exigência se faz em razão de a principal base territorial de prestação dos serviços ser o município de Campo Grande/MS, e visa, dentre outros, viabilizar melhor execução contratual, reduzir custos relativos aos contatos entre o contratante e a contratada – interurbanos e correspondências, por exemplo – e, também, Suporte Administrativo e técnico aos oficiais de manutenção quanto à realização dos serviços no dia a dia);

XLIV) Efetuar a inscrição da empresa perante o FISCO dos municípios de Campo Grande, cuja comprovação deverá ser feita até 10 dias úteis após a assinatura do termo de contrato (tal exigência se faz em razão das bases territoriais de prestação dos serviços, e visa viabilizar o recolhimento dos tributos municipais devidos pela prestação dos serviços);

XLV) Apresentar ao Contratante, quando requerida, toda a documentação necessária à comprovação de atendimento ao disposto no art. 4º da Resolução 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

XLVI) Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como as condições de qualificação técnica e profissional exigidas.

XLVII) Prestar a garantia e complementações na forma da cláusula sexta deste contrato.

XLVIII) Providenciar para que todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, possuam acesso, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Caixa Econômica Federal, Previdência Social e Receita Federal do Brasil, com o objetivo de verificar se as contribuições previdenciárias e depósito do FGTS estão sendo recolhidas regularmente, bem como possibilitem a obtenção de extrato de recolhimentos atualizados.

XLIX) Providenciar para que todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, possuam Cartão Cidadão ou outro equivalente, que possibilite a consulta e o recebimento de benefícios sociais.

XLX) Efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade em que o empregado presta os serviços. Em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto neste item, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento.

L) É de responsabilidade de a Contratada arcar com os custos de seleção e recrutamento de seus funcionários, bem como com as despesas com remessa de materiais e documentos, tais como: CTPS, comprovante de recebimento de vale transporte, holerites, folhas de frequência, não cabendo à fiscalização intermediar qualquer tratativa entre a contratada e seus empregados;

L.I) **Autorizar a Administração contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia prevista neste Termo.**

L.II) **Autorizar a Administração contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.**

L.III) **Em vista da previsão de encaminhamento automático de mensagens eletrônicas pelo sistema de gerenciamento de contratações adotado pelo TRE/MS, a contratada deverá informar pelo menos 2 (dois) contas de e-mail válidas, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente os e-mails, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.**

L.IV) A substituição do endereço eletrônico utilizado pelo proposto/responsável da contratada deverá ser previamente comunicado à fiscalização do contrato.

L.V) Em caso de necessidade de alteração de prestador de serviço (empregado contratado), ocupante de Posto de Trabalho, a contratada deverá avisar à fiscalização, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços realizar-se-ão por representante da Administração, especialmente designado na forma dos artigos 67 e 73 da Lei n. 8.666/93, do art. 6º do Decreto n. 2.271/97 e do art. 29 da Resolução TSE n. 23.234/10.

18.1.1. As relações entre o Tribunal e a empresa contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

18.2. A fiscalização dos serviços seguirá o disposto na Resolução TSE n. 23.234/10.

18.3. A fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, tendo plenos poderes para decidir sobre questões relacionadas à parte técnica dos serviços, em função das disposições do Termo de Referência e do Contrato, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolem as previsões do contrato e do Termo de Referência.

18.4. A verificação do resultado da prestação do serviço será realizada com base no Acordo de Nível de Serviço – ANS anexo a este Contrato.

18.4.1. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

18.5. O Contratante irá monitorar constantemente os serviços, visando evitar a perda no nível de qualidade, podendo, inclusive, intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar desconformidade contínua na prestação do serviço.

18.6. A execução dos serviços será constantemente monitorada pela fiscalização, devendo seguir os seguintes procedimentos:

18.6.1 FISCALIZAÇÃO INICIAL (NO MOMENTO DO INÍCIO DO CONTRATO)

a) Elaborar planilha-resumo de todo o contrato administrativo firmado. Tal planilha conterá todos os empregados terceirizados que prestarão serviços, constando as seguintes informações: nome completo do terceirizado, número de CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos e sua quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências;

b) Conferir se o terceirizado disponibilizado pela contratada atende à qualificação mínima exigida (cláusula 4 do Capítulo IV);

c) Conferir todas as anotações na (s) Carteira (s) de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do (s) empregado (s), e verificar se ela (s) coincide (m) com o informado pela empresa e pelo (s) empregado (s). Atenção especial para a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante esteja corretamente discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;

d) O número de terceirizado (s) deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

e) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT), o qual foi pactuado quando da contratação;

f) Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a empresa terceirizada (por exemplo, se o (s) empregado (s) têm direito a auxílio-alimentação gratuito);

18.6.2. FISCALIZAÇÃO MENSAL (A SER FEITA ANTES DO PAGAMENTO DA

FATURA/NOTA FISCAL

- a) Elaborar planilha-mensal que conterá os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, férias, licenças, faltas, ocorrências;
- b) Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas efetivamente trabalhados. Exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto do empregado (s) por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura, salvo hipótese de compensação de horas;
- c) Exigir da empresa, para cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, inclusive a conferência dos valores recolhidos pela contratada que aloca seus empregados nas dependências da contratante, as seguintes comprovações:
 - c.1) cópia do comprovante de recolhimento mensal da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e seus empregados, sob pena de rescisão contratual;
 - c.2) cópia do comprovante de recolhimento mensal do FGTS, referente ao mês anterior, caso o Tribunal não esteja efetuando os depósitos diretamente na conta vinculada do FGTS do trabalhador, conforme estabelecido no contrato;
 - c.3) comprovante de pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
 - c.4) comprovante de fornecimento de vale-transporte e de auxílio-alimentação, quando cabível;
 - c.5) comprovante de pagamento do 13º salário, da concessão de férias e do correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
 - c.6) comprovante do cumprimento da convenção, do acordo coletivo ou da sentença normativa; e
 - c.7) demais obrigações dispostas em outras normas em relação aos empregados vinculados ao contrato.

18.6.3. FISCALIZAÇÃO DIÁRIA

- a) Conferir, todos os dias, qual (is) empregado (s) terceirizado (s) esta (ão) prestando serviços. Fazer o acompanhamento com a planilha-mensal;
- b) Verificar se o (s) empregado (s) esta (ão) cumprindo à risca a jornada de trabalho. Deve-se combinar com a empresa a forma da compensação de jornada;
- c) Evitar toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada. Essa conduta é exclusiva do empregador.

18.6.4. FISCALIZAÇÃO ESPECIAL

- a) Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). O (s) reajuste (s) do (s) empregado (s) deve (m) ser obrigatoriamente concedido (s) pela contratada no dia e percentual previstos (verificar a necessidade de proceder ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato em caso de reajuste salarial);
- b) Controle de férias e licenças do (s) empregado (s) na planilha-resumo;
- c) A empresa deve respeitar as estabilidade provisórias de seu (s) empregado (s) (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).

18.6.5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PERTINENTES À FISCALIZAÇÃO:

- a) Distribuir as funções e tarefas aos terceirizados;
- b) Acompanhar e orientar os serviços desenvolvidos nos postos de trabalho;
- c) Acompanhar o comportamento e assiduidade dos terceirizados;
- d) Acompanhar a periodicidade para substituição dos uniformes, segundo a frequência discriminada no Termo de Referência.
- e) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização;
- f) Recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas neste termo;
- g) A contratada deverá disponibilizar à fiscalização todas as informações referentes ao controle da frequência e da jornada de trabalho, bem como do banco de horas dos empregados da contratada que estiverem atuando no posto de trabalho, com devido registro dos dias e horários trabalhados (folha de frequência), conferindo, se for o caso, as compensações na forma estabelecida nas cláusulas do Capítulo V deste Termo, considerando cada um dos empregados da contratada que atuaram no mês específico, mesmo de funcionário que atuar por apenas 1 dia na contratação;
- h) O labor extra jornada deverá ser solicitado pela respectiva fiscalização, mediante a necessidade da Administração. Qualquer compensação do banco de horas deverá ser autorizada previamente pela fiscalização, conforme a necessidade deste Tribunal;
- i) Obedecer a todas as orientações deste Termo de Referência e do Contrato, e manter em arquivo eletrônico o controle de prazos, pagamentos realizados (data e valores), saldos contratuais e saldo de empenho, controle de frequência e de horários dos funcionários da contratada que atuarão no posto de serviço, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

18.7. Quando da rescisão contratual, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

18.7.1. Até que a contratada comprove o disposto no item 13.7., o contratante deverá reter a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual, conforme previsto neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES

19.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e do Projeto Básico (Anexo I), será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

19.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando o fiscal identificar problemas com uniformes fora das especificações, equipamentos e materiais insuficientes no decorrer da realização de algum serviço;
- b) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções dos serviços prestados;
- c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

19.3. Será aplicada **MULTA**, da seguinte forma:

a) de **0,05%** (meio décimo por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, devido a **falha na comunicação** entre a contratada e o TRE/MS, **decorrente da falta de acesso diário do endereço eletrônico**;

b) de multa de **0,2%** (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento), **na entrega da garantia contratual**, nos termos e prazos estipulados neste Contrato; No caso de não prestação da garantia, a conduta será passível de rescisão, mediante análise da Administração;

c) de multa de **1%** (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o máximo de 3% (três por cento) por **atraso ou ausência na abertura de conta vinculada**;

d) de **1%** (um por cento) por dia de **atraso no início dos serviços**, sobre o valor total do contrato, limitada a sua aplicação a 10 dias, sendo, após esse prazo, caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, mediante análise da Administração;

e) de **3%** (três por cento) por dia de **suspensão/paralisação em um dos postos de serviços**, calculado sobre o valor mensal da contratação, até o limite de 3 dias. Após o terceiro dia a multa diária passará a 4% até o quinto dia; após o quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão;

f) de **5%** (cinco por cento), por ocorrência, por **atraso na reposição de material, equipamento ou uniforme** requisitado pela fiscalização.

g) de **10%** (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, após transcorrido 7 dias da comunicação para **comprovação da quitação das obrigações trabalhistas ou fiscais ou não recolhimento das contribuições sociais, FGTS**, e, após o trigésimo dia, multa de 15% sobre o valor mensal, sem prejuízo da aplicação de penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 1050/2002 e rescisão contratual a critério da Administração.

h) de **10%** (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, caso a contratada **deixe de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, encargos fiscais e sociais de seus empregados nas datas avençadas**, e, após o trigésimo dia, multa de 15% sobre o valor mensal, sem prejuízo da aplicação de penalidade de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 1050/2002 e rescisão contratual a critério da Administração.

i) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, caso **não queira assinar qualquer termo** de alteração ou aditivo que seja considerado **obrigatório**, na forma prevista em Lei;

j) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **atraso na emissão e do encaminhamento do documento imprescindível** para pagamento;

k) de **20%** (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, por ocorrência, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização, sem prejuízo das glosas previstas no Acordo de Nível de Serviço.

l) de **30%** (trinta por cento) do valor total do contrato, caso a contratada, por sucessivas

falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

19.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

19.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

19.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 19.3.2 e 19.3.3 abaixo;

19.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

19.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

19.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

19.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

19.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo; ou
- g) cometer fraude fiscal.

19.5. Será expedida **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, na forma da lei, para os casos de inexecução total ou parcial do contrato que venham a onerar a execução da avença para o TRE/MS, avaliado o dano gerado em cada ocorrência, considerando-se a peculiaridade do fato concretamente sobrevivendo.

19.5.1 A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública perdurará até que a Contratada venha a ressarcir o TRE-MS pelos prejuízos eventualmente causados.

19.6. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

19.6.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

19.6.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

19.7. Da aplicação das sanções de multa e suspensão caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

19.7.1. No caso de Declaração de Inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da intimação do ato.

19.8. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 19.6.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

20.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

20.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Determinada por **ato unilateral** e escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos

enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, "I", letra "e", da Lei nº 8.666/93;

b) Unilateral, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;

c) Amigável, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicial, nos termos da legislação vigente.

20.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

20.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.5. A rescisão do Contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste Instrumento e em Lei, até a completa indenização dos danos.

20.6. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos especificados no artigo 65, da Lei 8.666/93.

20.7. Fica desde já consignado neste termo a expressa anuência da contratada com a possibilidade de aplicação do disposto no inciso II, do § 2º, artigo 65, da Lei 8.666/93, a critério da Administração, não havendo necessidade de posterior termo ratificando tal prerrogativa.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DA CONTRATANTE

21.1. A contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do contratante ou sua qualidade de contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de aplicação de penalidades.

21.1.1. A contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de aplicação de penalidades por descumprimento contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS

22.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei 8.666/93, Decreto n. 2.271/97, pela Resolução TSE 23.234/2010 e Convenção Coletiva de Trabalho pertinente ao objeto licitado, pelo Termo de Referência anexo a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

22.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

23.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso às informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

23.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida.

23.2.1. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente termo, para os devidos efeitos legais.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Representante legal da empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 20/02/2020, às 15:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0793436** e o código CRC **FC48AF9C**.

0008857-88.2019.6.12.8000

0793436v17